



## *Câmara Municipal de Marechal Cândido Rondon* *Estado do Paraná*

**ATA Nº 01/2025**

Data: 04 de fevereiro de 2025

### **COMISSÃO ESPECIAL PARA EXAME DO MÉRITO DO PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 01/2025**

Com a presença dos Vereadores Cleiton Rodrigo Freitag (Gordinho do Suco), Cristiano Luis Metzner (o Suko) e Rodrigo Marciano Pulga (Verde), além do diretor geral, procurador jurídico, oficial legislativo e assessores parlamentares, foi iniciada às 07h45 do dia 04 de fevereiro de 2025, na sala de reuniões da Câmara Municipal, a primeira reunião da Comissão Especial nomeada para examinar o mérito do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 01/2025, em decorrência da publicação da Portaria nº 14-2025, de 22 de janeiro de 2025. Referido Projeto, encaminhado pelo Prefeito Municipal, objetiva alterar a redação dos artigos 14, inciso I, alínea "a", 15, inciso III e 17, caput, da Lei Orgânica do Município de Marechal Cândido Rondon, e dá outras providências. Após uma rápida explicação do Oficial Legislativo e do Procurador Jurídico, e diante da manifestação dos Vereadores presentes, ficou aprovado pela Comissão Especial a realização de um pedido de Parecer Jurídico a ser exarado pelo Procurador Jurídico desta Casa de Leis, objetivando sanar algumas dúvidas, entre as quais: se é possível a supressão de competência ora proposta?; se a matéria fere o princípio da impessoalidade?; se o rito está correto?; se retirada da competência da Câmara para fixar o subsídio do Procurador-Geral fere o princípio da separação dos poderes?; se há algum precedente do STF ou do TJPR que autorize a fixação do subsídio do Procurador-Geral exclusivamente pelo Executivo, sem um controle do legislativo?; se a remuneração do Procurador-Geral for fixada pelo Executivo, quais os mecanismos de controle o legislativo terá sobre eventuais aumentos ou reajustes?; se a proposta é compatível com o regime jurídico aplicado ao Advogado-Geral da União e Procuradores-Gerais de Estado?; e, se a alteração da Lei Orgânica respeita os princípios da moralidade, transparência e legalidade previstos no artigo 37 da Constituição Federal? Também ficou definido que a próxima reunião da Comissão será realizada tão logo o Parecer Jurídico seja concluído. Nada mais havendo, a reunião foi encerrada às 08h40, sendo a presente ata redigida por mim, Luís Carlos Diesel, Oficial Legislativo desta Casa de Leis.

**CLEITON RODRIGO FREITAG (GORDINHO DO SUCO)**

Vereador

**CRISTIANO LUIS METZNER (O SUKO)**

Vereador

**RODRIGO MARCIANO PULGA (VERDE)**

Vereador



Rua Tiradentes, 1120  
Cep 85.960-174



(45) 3254-3096



16ª Legislatura  
2025-2028



(45) 99135-7143



secretaria@marechalcandidorondon.pr.leg.br